

“Que dívida? Eu nunca escravizei ninguém!”: escravidão, trauma cultural e consciência histórica

“What Debt? I Never Enslaved Anyone!”: Slavery, Cultural Trauma and Historical Consciousness

Alex Andrade Costa*

RESUMO

Este artigo parte de duas reportagens sobre a fala do candidato Jair Bolsonaro em relação ao tráfico de escravos e as cotas raciais para analisar a formação e os impactos da consciência histórica na vida das pessoas e qual o papel da escola e dos variados meios que divulgam informações históricas nesse processo. A partir do conceito de trauma cultural, o artigo estuda como a naturalização da escravidão e as informações históricas falsas interferem na formação da identidade e na elaboração de políticas reparatórias. O artigo discute, ainda, como a escola e o ensino de História podem atuar para fortalecer as memórias da comunidade negra, respeitando o seu passado traumático.

Palavras-Chave: consciência histórica; memória da escravidão; trauma cultural.

ABSTRACT

This article is based on two reports about the speech of candidate Jair Bolsonaro in relation to the slave trade and racial quotas to analyze the formation and impacts of historical consciousness on people's lives and what is the role of the school and the various media that disseminate historical information. Based on the concept of cultural trauma, the article studies how the naturalization of slavery and false historical information interfere in the formation of identity and in the development of reparatory policies. The article also discusses how school and the teaching of History can act to strengthen the memories of the black community, respecting its traumatic past.

Keywords: History consciousness; memory of slavery; cultural trauma.

No dia 31 de julho de 2018, o então deputado federal e ainda pré-candidato à presidência da República, Jair Bolsonaro (PSL), foi o convidado de um dos programas de entrevistas mais tradicionais da televisão brasileira: o programa *Roda Viva* da TV Cultura. Um dos entrevistadores, frei David, homem negro,

* Universidade Federal da Bahia (UFBA), Salvador, BA, Brasil. alex.costa@ufba.br

coordenador da ONG Educafro, cuja missão é definida como “lutar para que o Estado cumpra suas obrigações, através de políticas públicas e ações afirmativas na educação, voltadas para negros e pobres, promoção da diversidade étnica no mercado de trabalho, defesa dos direitos humanos, combate ao racismo e a todas as formas de discriminação” (CONHEÇA, s. d.), questionou o entrevistado sobre a manutenção das políticas de cotas para as universidades num futuro governo. A pergunta se deu na esteira das inúmeras declarações públicas feitas pelo deputado ao longo de sua trajetória política de que não concordava com as cotas raciais e, caso fosse eleito presidente, as extinguiria.¹

Em resposta ao frei David, o pré-candidato disse que a princípio estudaria a possibilidade de diminuir o percentual das vagas reservadas para estudantes negros. Contudo, após ser interpelado sobre se a manutenção das cotas não representaria uma reparação à dívida histórica do Brasil para com a população afrodescendente devido à escravidão, Jair Bolsonaro replicou: “que dívida? Eu nunca escravizei ninguém na minha vida” (BOLSONARO, 2018) e complementou: “o português nem pisava na África. Foram os próprios negros que entregavam seus escravos” (GARCIA, 2018).

Essas falas de Jair Bolsonaro não foram atos isolados. Ao longo dos mais de trinta anos em que se manteve escorado no Congresso Nacional como deputado federal, não foram poucas as vezes em que ele se manifestou contra as cotas, exaltou a ditadura e incluiu de forma enviesada outros tantos temas históricos em seus discursos e entrevistas. Cabe lembrar, ainda, que naqueles meses de 2018 o país vivia um ataque massivo e inédito, promovido por uma indústria de notícias falsas, com revisionismos históricos distribuídos pelas redes sociais, com a intenção de influir nas eleições. Iniciado durante as manifestações de 2013 e agravado com a trama que desaguou no *impeachment* da presidenta Dilma Rousseff em 2016 e na prisão do ex-presidente Lula, em abril de 2018, grupos de extrema-direita alcançaram a voz pública, de *youtubers* a juízes, que, em nome de um projeto de poder, não se furtaram a promover abusos ideológicos da história, com distorções e anacronismos.

De volta à entrevista concedida à TV Cultura, ainda naquela madrugada, a repercussão na imprensa foi enorme. Um dos principais portais de notícias do Brasil, o UOL, ligado ao jornal *Folha de São Paulo*, publicou a primeira reportagem intitulada: “Bolsonaro critica cotas e nega dívida com negros: ‘não escravizei ninguém’” (BOLSONARO, 2018). Mais tarde, o mesmo portal publi-

cou outra matéria: “Bolsonaro repete narrativa de portugueses, diz estudioso do movimento negro” (GARCIA, 2018). Mais abrangente, a segunda reportagem repercutiu a falsa afirmação de que os portugueses não teriam entrado no continente africano para montar o esquema do tráfico de pessoas escravizadas, relacionando o acontecimento histórico com a importância das políticas de cotas para o Brasil. Ambas as reportagens tiveram um amplo engajamento dos leitores na página do site, somando mais de 500 comentários, a grande maioria concordando com Bolsonaro. Note-se que o portal de notícias UOL é um dos mais acessados pelo grande público no Brasil e mantém acesso gratuito à algumas reportagens para não assinantes, com permissão para comentários desses leitores, o que, em tese, torna a audiência mais ampla e favorece o estudo a partir de um público mais diversificado.²

As falas de Jair Bolsonaro e os comentários dos leitores das reportagens são fontes relevantes para entender a manifestação pública da consciência histórica, analisando não apenas a sua formação, através do ensino de História e de outros tantos transmissores de informação histórica, como os impactos que a consciência histórica exerce sobre a vida concreta das pessoas, especialmente daquelas cujas narrativas estão intrinsecamente ligadas com a escravização de antepassados.

“QUEM ESTÁ QUERENDO SABER DE PASSADO?”

A escravidão histórica de africanos e seus descendentes é um grande trauma na humanidade, mesmo que no presente as pessoas não tenham tido essa vivência, uma vez que a experiência direta de um indivíduo em um evento não é condição necessária para sua inclusão no processo de trauma. Conforme explica Ron Eyerman (2003, p. 3-12), não é a experiência em si que produz efeitos traumáticos, mas a lembrança dela, a qual é geralmente mediada por jornais, livros ou televisão, não importando a distância espacial e temporal entre o acontecimento e sua lembrança. Nesse conjunto de mediadores, podemos incluir, também, a escola e o ensino de História como instrumentos que comunicam e produzem representações que atuam na constituição de memórias e na elaboração de identidades.

Diferentemente dos traumas físicos ou psicológicos, o trauma cultural atua na memória e ocorre quando membros de uma coletividade sentem que,

num passado mais ou menos distante, foram submetidos a um evento aterrador que deixou marcas indeléveis na consciência e na identidade de um grupo de pessoas, cuja história traumática é fator de coesão, formando uma memória coletiva, como ocorre com grande parte da população afrodescendente em relação à escravidão. Portanto, trauma cultural é um conceito operacionalizado aqui como um discurso público no qual as bases de uma identidade coletiva são incorporadas ao debate coletivo (EYERMAN, 2019).

Para Ron Eyerman (2019, p. 5), o trauma produz efeitos duradouros, que ultrapassam gerações, por estar arraigado na memória coletiva das pessoas que se identificam com o acontecimento histórico. Arthur Neal (1998) refere-se ao conjunto de lembranças duradouras na memória coletiva de um lugar como “trauma nacional”, destacando o papel decisivo da mídia e de outros mediadores do conhecimento histórico nas representações sobre o trauma. Já Neil Smelser define trauma cultural como,

uma memória aceita e credenciada publicamente por um relevante grupo de membros e que evoca um acontecimento ou situação que é (a) carregado de sentimentos negativos, (b) representado como duradouro, e (c) considerado como uma ameaça à existência da sociedade ou que tenha violado uma ou mais preceitos culturais fundamentais. (SMELSER, 2001, p. 44)

Dessa forma, o tráfico de africanos, considerado como a maior migração forçada da humanidade, e a consequente escravização de africanos e afrodescendentes podem ser entendidos como eventos traumáticos que constituíram a gênese da História do Brasil, mas também são reconhecidos como formadores da história particular das pessoas e da memória coletiva de grupos e comunidades. Os números mais recentes do principal banco de dados do assunto, *The Trans-Atlantic Slave Trade Database*, mostram que somente o Brasil recebeu 3.168.680 africanos entre os séculos XVI e XIX. Em aproximadamente 9.705 viagens realizadas dos diversos portos da África para o Brasil, 350.739 vidas foram perdidas antes do desembarque e incontáveis outras logo após chegar à terra firme e muito antes que fossem submetidos ao trabalho forçado nos campos, nas minas e nas cidades. Os dados indicam, ainda, que os navios que tinham bandeira de Portugal e fizeram esse trânsito para o Brasil foram responsáveis por quase um terço do total de vidas traficadas para o lado de cá,

ou exatos 1.437.478 africanos embarcados nas cerca de 4.057 viagens que fizeram pela passagem do meio (ELTIS et al., 2020).

Sobretudo no século XVII, o tráfico de africanos por portugueses era sinônimo de tráfico para o Brasil: “o sistema de ventos do Atlântico Sul assegurou que o tráfico para o Brasil fosse privilégio de traficantes estabelecidos nos principais portos brasileiros. Estes traficantes eram principalmente portugueses, mesmo após a independência do Brasil” (ELTIS et al., 2000, p. 24-25). Muitos traficantes nascidos no Brasil também constituíram fortuna, fama e poder político a partir do comércio de gente. Contudo, o Estado português é considerado como o principal beneficiário desse negócio, de modo que, ao contrário da fala de Jair Bolsonaro, os portugueses não só pisaram na África como também tiveram o monopólio do comércio africano a partir de 1460, por um longo tempo, estabelecendo contratos com os comerciantes que desejassem navegar para lá (CALDEIRA, 2013).

Neste artigo, a escravidão é, como explica Ron Eyerman (2003, p. 16), a cena primária da identidade negra, um ponto de origem em um passado comum e que dá forma a uma “comunidade”³ que se reconhece e é reconhecida por esse passado. Como também explica a historiadora Ana Lúcia Araujo,

tanto na África quanto nas Américas, o comércio de escravos no Atlântico e a escravidão deixaram um rastro de sangue, morte, doença, violência sexual, trauma e experiências que, embora difíceis de medir, foram inquestionavelmente transmitidas para gerações posteriores. Ainda hoje os legados dessas atrocidades permanecem vivos na memória coletiva das várias populações que foram vítimas dessas formas extremas e complexas de violência. (ARAUJO, 2017, p. 42-43)

Desse modo, todas as expressões que negam a violência do tráfico e da escravidão e seus desdobramentos atuam não só no sentido de impor o esquecimento a esse passado, mas ampliam as feridas traumáticas da “comunidade” por negar-lhes o direito ao reconhecimento de suas histórias coletivas, construídas pela memória dos milhões de antepassados escravizados, refletidas em seus descendentes.

Grande parte dos comentários que seguem as duas reportagens sobre a entrevista de Jair Bolsonaro e que manifestam concordância com o entrevistado usam fragmentos descontextualizados da História ou aderem a discursos historicamente superados, com fins de relativizar ou negar a violência da

escravidão. De antemão, destaca-se entre os comentários um conhecimento raso e, muitas vezes, influenciado por versões revisionistas da História presentes em diversos mediadores, como nas redes sociais e na mídia. Ao não reconhecer a escravidão como elemento estrutural da sociedade brasileira, cujas desigualdades sociais e econômicas derivadas desse processo atingem uma comunidade em particular, produzindo marcas duradouras como a pobreza, a exclusão, a marginalização e o racismo, a tendência é que essas consequências sejam relativizadas, servindo para desqualificar as pautas específicas dos afrodescendentes.

Frequentemente, os leitores das reportagens recorreram ao nacionalismo e à exaltação da mestiçagem como forma de tirar o conceito de raça – enquanto campo político e social – do debate, posto que ele desnuda as desigualdades, tornando-se inconveniente quando o que se quer é celebrar uma suposta existência de igualdade de condições. Esse discurso é amplamente repetido no espaço público no Brasil, inclusive por parte da escola que, durante décadas, adotou narrativas homogeneizantes da História, fruto de uma pedagogia da neutralidade que preferia acomodar os dissensos e embates – em muitos casos ainda continua assim – exaltando em atividades, metodologias e abordagens “a fábula das três raças” (DAMATTA, 1987, p. 68).

Em tempos de batalhas pela memória, em que muitas narrativas são construídas e levadas ao espaço público tendo por base revisionismos ou negacionismos, o problema reside na manipulação e nas distorções – intencional ou resultante da consciência histórica – de informações e pesquisas históricas que, quando propagadas, impõem sérios danos à memória de um grupo, como expressam os comentários de alguns leitores: “todos nós brasileiros somos descendentes de escravos e traficantes de escravos [...]. Até quando as esquerdas vão continuar botando a culpa nos portugueses e senhores de engenho...?”⁴; “Jair Bolsonaro está corretíssimo, se existir dívida histórica, então vamos todos indenizar os judeus e os povos escravizados na história (Egito, povos eslavos, Ásia Central etc.)”; “Vamos falar de escravidão? Negros escravizaram brancos por mais de 700 anos e por que não falam sobre isso? [...] Manda esse historiador rasgar o diploma dele, pois negros escravizavam os próprios negros, internet tá aí pra vocês pararem de passar vergonha”. Todos os três comentários, dentre tantos outros semelhantes, além de contribuir para uma desorientação histórica, descaracterizam a escravidão em seu aspecto traumático, o que a

colocaria num patamar próximo da normalidade. Essa postura de “destraumatização da história” atinge dois campos: a memória histórica, que se utiliza dessas experiências do passado para a construção da identidade; e a consciência histórica, que orienta e impulsiona a ação humana concreta (RÜSEN, 2009). No caso da memória histórica, a “destraumatização” tanto pode reconfigurar a identidade daqueles que fundamentam suas histórias de vida a partir dos antepassados escravizados, quanto afeta a população em geral, que deixa de reconhecer a gravidade da escravidão, alterando o “trauma nacional”. Ambas as situações acabam por impedir ou limitar as ações que problematizem as condições estruturais de vida dos grupos que reconhecem seu passado comum no tráfico e na escravidão, como as políticas reparatórias.

Uma das formas de impor novos discursos e interpretações é deslegitimar a importância do passado histórico em detrimento do presente, como se verifica nas críticas dos leitores direcionadas aos entrevistadores do programa de TV por terem feito perguntas sobre o passado ao pré-candidato, consideradas, por muitos, como distantes e sem influências nos problemas cotidianos: “O país está de joelhos em todos os setores e esses infelizes batendo boca com coisa do passado”; “muito ruim as perguntas, sempre assuntos do passado, precisamos pensar no futuro da nação”; “não perguntaram nada de concreto sobre os projetos futuros. Só julgaram o candidato o tempo [todo], principalmente em coisas passadas. Quem está querendo saber de passado?”.

Os comentários tratam as categorias temporais do passado, presente e futuro de forma dissociada, onde o passado é incapaz de se relacionar com o presente e, por isso, não interfere no futuro em que se espera respostas para os problemas sociais e econômicos a serem resolvidos. Parte dos leitores tratam as perguntas sobre o passado como “inúteis, sem propósito e que não contribuem em nada para o crescimento desse país”. Os comentários apontam para uma limitação da interpretação histórica sobre os problemas do presente: “metade das casas no Brasil não tem acesso a rede de coleta de esgoto, a educação é uma droga, se mata dezena de milhares de pessoas por ano, a corrupção corre solta, 13m[ilhões] de desempregados e tem gente preocupada em discutir escravidão, ditadura, etc?”; e esse leitor pontifica: “vamos todos à luta como seres humanos iguais, deixando o passado no passado, porque quem viveu naqueles tempos agiu e sofreu conforme os costumes da época. Chega de querer cobrar das pessoas atuais pretensas dívidas de seus antepassados”.

Embora os leitores critiquem a entrevista por uma suposta falta de foco nos problemas atuais, o tema da escravidão foi levantado por ter sido suscitado um debate sobre questões que afetam a vida real e concreta das pessoas no presente e no futuro: a manutenção ou não das políticas de cotas, afinal, a escravidão foi uma das justificativas para a implementação dos programas de ações afirmativas no Brasil. Contudo, essa relação passado-presente parece não ter sido bem compreendida por parte dos leitores das reportagens.

O passado é uma dimensão permanente da consciência humana e está presente em todas as relações sociais. Porém, nem sempre somos estimulados a pensar historicamente ou, ao menos, na perspectiva que fuja do sentido tradicional da história *magistra vitae*, que serve como um receituário de erros a não serem repetidos. No sentido aqui posto, pensar historicamente compreende usar a chave histórica na interpretação da realidade, o que quer dizer fazer uso não só de ferramentas cognitivas, mas também afetivas, que evidenciem o invisível, o estranho ou o não razoável na história (CERDÁ, 2016; RUSEN, 2009). Por não ser inerente ao ser humano, pensar historicamente é uma capacidade a ser construída e permanentemente instigada – e a escola tem papel determinante nesse processo, não no sentido de dar consciência a quem não tem, mas de provocar o questionamento e refletir sobre as possíveis certezas e convicções trazidas pelos estudantes, muitas delas influenciadas pelos diversos mediadores de informações históricas de que já falamos anteriormente. Sobretudo, o ensino de História deve estar atento à forma como o passado é apresentado na sala de aula, a fim de evitar que ele se restrinja a si mesmo e não estimule os estudantes a fazerem as conexões com o presente, percebendo mudanças e permanências.

Se entendemos que o estudante não é um papel em branco a ser escrito ou uma tábula rasa, ou seja, que ao chegar na escola ele leva consigo um volume de informações e conhecimentos, também é preciso conceber que essas informações passam por diversos filtros ao longo da vida e para além da escola. A moral familiar, valores religiosos – ou não –, leituras, experiências de vida, entre tantos outros fatores interferem nas percepções e entendimentos que o estudante constrói a partir da História ensinada na escola. A “consciência histórica” é o resultado desse largo e variado repertório de experiências que se manifesta em interpretações sobre os acontecimentos do presente, posicionamentos políticos e ações concretas no cotidiano, de forma que, por conta dos

vários filtros, nem toda consciência história é crítica, antirracista ou tolerante. Não raro ela é o avesso de tudo isso.

É quase um consenso que a escola e, destacadamente, o ensino de história tem papel relevante na “formação do cidadão crítico e consciente”, expressão bastante comum quando se quer realçar a importância do ensino de história e frequentemente aplicada nos textos de projetos político-pedagógicos das escolas e em outros materiais de caráter pedagógico. Tal função, no entanto, não é alcançada sem o esforço de estimular nos estudantes: a) a capacidade de olhar o passado e resgatá-lo na sua qualidade temporal, diferenciando-o do presente e do futuro; b) a competência em criar significações e poder julgar os eventos do passado; c) a habilidade de usar esse conhecimento para se orientar no presente, na tomada de decisões e opiniões (CERRI, 2011, p. 122-123). Estas ações têm papel fundamental na reelaboração das consciências históricas “não-razoáveis”, que se apresentam como fundamentalistas, extremistas, discriminatórias, racistas e intolerantes.

A escola e toda a sociedade precisam estar atentas às formas com que os passados traumáticos são tratados, seja através de uma atividade pedagógica, exibição de um filme, um meme compartilhado via redes sociais ou o discurso de uma autoridade pública. Esses veículos são capazes de produzir ou fomentar uma percepção equivocada da história que pode ter consequências graves para a vida da pessoa e, considerando que ela desenvolve ações concretas, faz escolhas políticas e manifesta suas opiniões publicamente, toda a sociedade pode ser afetada. É perceptível que muitos mediadores da informação histórica são usados para alterar o passado incômodo dos acontecimentos traumáticos, vistos como empecilho para a criação ou manutenção de determinados projetos de poder. Tais projetos não se sustentam a não ser que estejam fundamentados em fragmentos da História, seletivamente recolhidos, produzindo negacionismos e revisionismos históricos. Nesse caso, tem razão Jean Chesneau (1995, p. 12) ao afirmar que o passado se torna um “jogo de lutas e um elemento constitutivo das relações de forças políticas” e Jacques Le Goff (2003, p. 209-210), que considera que tanto o presente quanto o passado (e consequentemente o futuro imaginado na expectativa do presente) ficam sujeitos às múltiplas manipulações.

No caso aqui analisado, essas disputas se dão tanto no campo simbólico das memórias da escravidão, quanto no campo concreto da ação humana, em

torno das políticas afirmativas, em especial das cotas raciais, as quais possuem forte dependência dessas memórias coletivas e da História. Como ação reparatória destinada aos afrodescendentes do Brasil, as cotas são justificadas pela consciência sobre o passado da escravidão e a secular omissão do Estado em políticas reparatórias e de inclusão para os descendentes dos escravizados (ALENCASTRO, 2010). No entanto, esse passado só pode ser alcançado pela História que estimula e reconhece as memórias coletivas em torno da escravidão e do pós-abolição e, neste caso, o ensino de História na educação básica tem influência decisiva. O questionamento desse passado tendo por base opiniões ou distorções que disputam espaço com o conhecimento histórico tenta manipular essas memórias de forma que elas não sustentem ações no plano concreto. As memórias sobre o passado e o conhecimento histórico são terrenos onde essas lutas são encampadas, daí que a sua negação ou ocultação “é um dos procedimentos mais comuns nesse dispositivo de controle do passado pelo poder. O passado é um estorvo do qual é preciso se livrar” (CHESNEAUX, 1995, p. 32).

Otrossim, o futuro – as ações concretas –, enquanto iniciativas de manutenção ou ampliação das políticas afirmativas, tem uma íntima dependência do passado, posto que, sem ele, a justificativa dessas políticas se fragiliza. Daí se compreende que o uso de meias-verdades e manipulações da História são primordiais para refutar o passado com o fim de atingir ações concretas e não apenas mudar a narrativa dos acontecimentos. Como alerta Eric Hobsbawm (1998, p. 18-19), poucas ideologias intolerantes foram construídas com base em mentiras ou ficções para as quais não há nenhuma evidência. O abuso ideológico mais comum da História baseia-se antes em anacronismos do que em mentiras. Assim como para Pierre Vidal-Naquet (1988), o negacionismo não surge como o apagamento completo do acontecimento histórico, mas antes relativiza fatos e adultera dados para construir uma narrativa desejada.

Como cabe ao historiador analisar dados e interpretar as fontes históricas, faz parte da estratégia negacionista atacar os produtores desse conhecimento: os professores de História. Na reportagem “Bolsonaro repete narrativa de portugueses, diz estudioso do movimento negro” (GARCIA, 2020), a jornalista entrevistou o professor de História e ativista do movimento negro Carlos Machado, que se contrapôs às declarações de Jair Bolsonaro. Parte dos apoiadores não apenas criticaram o conteúdo da reportagem, mas, principalmente, o seu emis-

sor, impondo dúvidas sobre as suas qualificações: “ainda hoje tem escravidão na África, só falta o ‘historiador’ do MEC falar que são os portugueses que fazem”, no que é corroborado por outro leitor: “manda esse historiador rasgar o diploma dele, pois negros escravizavam os próprios negros, internet tá aí pra vocês pararem de passar vergonha”. Já outro leitor escreveu: “Né? O historiador aí poderia me dar umas aulas de história já que estou cursando licenciatura em História. Por que o povo judeu nunca teve cotas nem exige esmolas de governos culpados pelas desgraças que se abateram sobre eles?”.

A reportagem é ilustrada com a fotografia de Carlos Machado, um jovem intelectual negro, o que parece realçar o tratamento preconceituoso e de desprezo por parte de leitores, como fica evidente no uso recorrente das aspas ao tratar da formação do entrevistado: “qualquer professor de história se passa por ‘historiador’”. Duvidando da competência do professor, e não perdendo a chance de enaltecer a mestiçagem “sem igual” do Brasil, outro leitor decreta: “vai estudar, ‘professor’”.

Mais do que questionar os argumentos, a desqualificação do outro é estratégia que visa limitar o debate, espalhando desconfiança sobre a competência técnica do antagonista. A desqualificação esconde, ainda, um figurino racista, quando se sabe que num país como o Brasil, em que, mesmo sendo superiores numericamente, pessoas negras têm mais dificuldade de ascensão nas carreiras e de se projetarem publicamente. Segundo o Censo da Educação Superior, produzido pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, quase 400 mil pessoas dão aulas em universidades públicas e particulares no Brasil, mas apenas cerca de 16% do total se autodeclararam pretas ou pardas (INEP, 2020). A desconfiança seguida da desqualificação do professor negro que se espalha nos comentários são elementos representativos de um país que não se entendeu com seu passado da escravidão.

DAS MEMÓRIAS DA ESCRAVIDÃO À CONSCIÊNCIA HISTÓRICA ANTIRRACISTA

Reconhecer as falas de Jair Bolsonaro e as dos leitores que concordaram com seu discurso sobre a escravidão, apenas como expressão de desconhecimento da História ou necessidade de polemizar é simplificar a análise e limitar o entendimento sobre a consciência histórica. Se, como já dito anteriormente,

diversos mediadores influenciam na formação de uma consciência histórica, não se pode desconsiderar o impacto do ensino de História nesse processo. Os nascidos na década de 1950 e que cursaram a escola básica entre os anos 1960 e 1970, como Jair Bolsonaro, tiveram contato com a interpretação da escravidão em vigor na época e foram influenciados por ela.

Um dos intelectuais mais atuantes no período foi o baiano Clarival do Prado Valladares, médico, professor e crítico de arte, que escreveu um artigo para o colóquio ocorrido durante o 1º Festival Mundial de Artes Negras, em 1966, no Senegal, afirmando que “os brancos não caçavam os negros na África, mas os compravam pacificamente dos tiranos negros” (VALLADARES, 1966, p. 4). A fala de Valladares não é um ponto fora da curva. Manuais didáticos que circularam nas décadas de 1960 e 1970 também expressavam ideias semelhantes, como era o caso do famoso livro didático do professor Borges Hermida, que escreveu: “os portugueses [tiveram] que recorrer à escravidão africana, pois os negros já viviam na África na condição de escravos e eram muito mais resistentes e trabalhadores que os índios” (HERMIDA, 1968, p. 66). O *Compêndio de história do Brasil*, de Borges Hermida, não era um livro qualquer. Destinado à etapa que corresponde hoje ao Ensino Médio, foi um dos livros didáticos mais usados, como se verifica pela grande circulação: em 1968 estava na 53ª edição e a tiragem média anual do *Compêndio* era de 174.000 exemplares. Números bem superiores aos de todos os demais títulos publicados por Hermida, equivalendo a mais de duas vezes a média de tiragem do segundo colocado (FERRARO, 2013). Tanto Valladares quanto Hermida parecem influenciados pela obra de Varnhagen, que, ainda nas décadas de 1960 e 1970, inspirava a produção historiográfica, incluindo os manuais didáticos. Varnhagen defendia o tráfico de escravos e o cativo como um mal necessário para os negros melhorarem de vida, submetendo-se à civilização (VENTURA, 1991, p. 52).

Borges Hermida corroborava o discurso de que no Brasil a escravidão teria sido mais amena do que em outros lugares e atribuía à religião católica a responsabilidade pela suavização das relações: “o tratamento que no Brasil se dispensava aos negros, era em geral mais humano que nos outros países. A prática da religião católica pelos proprietários muito contribuiu para esse tratamento, evitando que os escravos sofressem castigos cruéis” (HERMIDA, 1968, p. 266). O papel da religião e o bom trato dos senhores, segundo Hermi-

da, tornou a escravidão branda ao ponto de, depois da abolição, “muitos escravos preferirem ficar nas fazendas trabalhando com seus antigos senhores” (HERMIDA, 1968, p. 266). Hermida, mais uma vez, incorporava as interpretações de Varnhagen, que defendia a miscigenação e um projeto civilizatório de base cristã para o Brasil (VENTURA, 1991, p. 51).

No livro didático de Borges Hermida, escravidão e tráfico de africanos foram males necessários e justificados em virtude do desenvolvimento do país. O argumento do autor é de que somente com a imigração em massa de europeus o tráfico de africanos poderia findar sem causar danos à economia, como vemos no trecho: “muitos brasileiros defendiam a ideia de substituir o trabalho do negro pelo do colono europeu. Era uma boa solução porque acabava com o tráfico sem prejudicar o progresso do país” (HERMIDA, 1968, p. 268). Afinal, o Brasil não podia parar!

O livro de Borges Hermida e o artigo de Clarival do Prado Valladares não foram os únicos que manifestaram essa compreensão da escravidão. Outros tantos manuais didáticos incorporaram essas ideias ou outras de semelhante teor até a década de 1980, quando teve início a renovação dos estudos historiográficos que, lentamente, chegou aos manuais.

A renovação na interpretação histórica e na didática da História, bem como as contribuições de outras áreas como a sociologia e a antropologia, ou mesmo do campo das artes e da literatura, que têm mostrado outras perspectivas e interpretações sobre o tráfico e a escravidão, não são capazes de alterar a consciência histórica das pessoas por si só, posto que sua elaboração se dá de dentro para fora, ou seja, é preciso que haja disposição e abertura para ouvir, refletir e aprender, percebendo os equívocos de interpretação da História e revendo os seus posicionamentos na vida concreta.

Embora o discurso de Bolsonaro e dos muitos leitores que apoiaram sua narrativa possa ser reflexo da consciência histórica, construída ao longo da vida, inclusive pela forma como a história era ensinada, não se deve desconsiderar a ampla circulação de informações históricas descontextualizadas ou falsas na nossa sociedade e que retroalimentam antigas interpretações e criam outras fraudulentas.

Além dos livros didáticos e da escolarização, muitos comentários dos leitores apresentam forte influência das narrativas sobre África produzidas pela imprensa e pela indústria de Hollywood, especialmente nas décadas finais do

século XX, quando enfatizavam as guerras civis e as crises humanitárias, concentrando atenção na pobreza, fome e doenças. Esse perfil de África, não raro, continua sendo usado no século XXI pelos mais diversos mediadores da informação histórica, inclusive por propagandas de entidades não governamentais com fins altruístas, como *Médicos sem Fronteiras* ou *Action Aid*. A consciência histórica, portanto, serve-se desse cabedal de informações, somado a muitos outros, para conectar passado e presente, como escreveu esse leitor: “tenho impressão de que os negros que hoje vivem em países onde existiram a escravidão estão muito melhor do que as gerações que permanecem em seus países de origem. Temos que reconhecer que aqueles que sofreram pela escravidão ficou no passado”.

Assim, se conforme Rusen (2007) e Cerri (2010), a consciência histórica é inerente ao ser humano, mas se constrói em diálogo com narrativas que são escolhidas ou lhes são impostas ao longo da vida, de forma sistematizada ou fragmentada, então compreendemos que há consciências históricas, no plural, e que muitas podem ser preconceituosas e racistas, como reflexo das informações históricas recebidas e assimiladas ao longo da vida. O efeito da consciência histórica, porém, não fica restrito ao campo das ideias, ou ao passado, mas impulsiona ações no presente. Ao negar ou minimizar a violência da escravidão, Jair Bolsonaro e a maioria dos seguidores não buscam um revisionismo histórico, apenas, mas criam o terreno para justificar o desmonte das políticas afirmativas.

As informações históricas fragmentadas e usados de forma rudimentar, como a que afirma que “exemplo de racismo são os quilombos onde só o negro pode morar”, somam-se aos discursos da existência de uma suposta igualdade e da meritocracia como via para a ascensão social e econômica, como escreveu o leitor: “cota racial é um absurdo... em qualquer sociedade sadia tem que prevalecer a competência... todos são iguais!”. Destacam-se, ainda, as volumosas queixas dos que se mostram descontentes com as cotas pelo fato de não estarem incluídos, ou seja, as cotas são ruins porque são para os outros: “negros não podem ter privilégios. Até porque somos todos negros na descendência, se for dar cota em Universidade, vai ter que dar todo mundo”. Outro leitor ainda enfatizou:

a nossa Constituição não permite as Cotas, pois não pode haver distinção no tratamento legal dado entre brasileiros. Já são 10 anos de Cotas, 10 anos de injustiça. Percentuais altíssimos, Cotas raciais privilegiando pardos e negros em concursos, faculdades etc. Querem estender até para iniciativa privada. O povo branco está totalmente a mercê desse absurdo legal que é o sistema cotista.

As alegações que embasam esses comentários não são novidade. Luis Felipe de Alencastro destrinchou essa tática no ano de 2010, no plenário do Supremo Tribunal Federal, ao emitir o Parecer sobre a Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental, ADPF/186, apresentada ao STF pelo partido Democratas contra as cotas universitárias. Ali o historiador afirmou:

Nascidas no século XIX, a partir da impunidade garantida aos proprietários de indivíduos ilegalmente escravizados, da violência e das torturas infligidas aos escravos e da infracidadania reservada aos libertos, as arbitrariedades engendradas pelo escravismo submergiram o país inteiro. (ALENCASTRO, 2010, s. p.)

Os comentários dos leitores, portanto, revelam a velha prática do racismo sem-vergonha à brasileira de garantir a manutenção do estado das coisas. Romper com essa condição pressupõe ampliar as ações em torno de uma educação verdadeiramente antirracista, na qual a violência e a dor da escravidão tenham o tratamento adequado, tanto na sala de aula da educação básica quanto para o grande público. É na relação dialógica com esses temas, através de meios, estratégias e recursos validados por professores, historiadores, movimentos antirracistas e a ampla comunidade negra, que se forma uma consciência histórica que compreende as experiências do passado e seus impactos no presente.

No caso do Brasil, país que se constituiu econômica e socialmente pela escravidão e suas consequências, as memórias desse acontecimento são importantes para toda a população e em particular para os afrodescendentes. Porém, compartilhando das inquietações da historiadora Mônica Lima (2018, p. 14) sobre o tratamento dispensado aos temas sensíveis, como é o caso da escravidão, vale nos perguntar como tratar desses assuntos sem que “se tornem um mecanismo de naturalização da dor vivida por essas pessoas, nesse passado que parece tão remoto?”.

Um dos principais desafios na abordagem da escravidão em sala de aula

diz respeito ao tipo de ênfase que será dado ao tema, posto o seu caráter humilhante e violento, especialmente nas escolas públicas, onde a maioria dos estudantes são negros e sofrem cotidianamente os efeitos da necropolítica de um Estado omissor perante o genocídio de uma infância e juventude negras. Por outro lado, a ocultação da violência da escravidão não parece ser a saída, considerando que os discursos de uma “escravidão branda” agridem a memória e a identidade de toda a comunidade negra. Além do mais, “as dimensões de vergonha e desonra, ligadas tradicionalmente à experiência da escravização nas sociedades escravocratas, tenderam a produzir o silêncio e a discriminação aberta como formas históricas de conviver com a incorporação dos ex-escravos nas antigas sociedades escravistas” (MATTOS, ABREU e GURAN, 2014, p. 258). Uma possibilidade, então, é partir da interpretação da violência enquanto categoria para entender que, sem ela, a escravidão não se realizaria (LIMA, 2018, p. 14).

Como a aprendizagem histórica se dá para além da escola, os espaços públicos também precisam garantir a visibilidade das memórias dos traficados e escravizados, uma vez que, além de serem referências para a identidade de um grupo, têm o papel de expor e reafirmar publicamente as realidades históricas não-razoáveis, favorecendo a constituição de consciências históricas que refutem os preconceitos, discriminações e violências. Nesse sentido, explica a historiadora Ana Lúcia Araujo (ARAUJO, 2020, p. 183), as reivindicações de uma memória pública da escravidão são uma resposta à supremacia branca, um sistema compartilhado por sociedades que participaram do comércio de escravos no Atlântico e onde a escravidão existiu e em cujos motores continuam perpetuando a exclusão racial e promovendo o racismo e as desigualdades raciais. Negras e negros, às vezes apoiados por outros aliados, ocupam o espaço público para exigir o reconhecimento oficial da escravidão e do tráfico de escravos como atrocidades humanas, assim como a retirada de marcos que homenageiam os traficantes de escravos, e a criação de estruturas tangíveis em homenagem às vítimas da escravidão.

A importância das memórias do tráfico e da escravidão não se limita aos afrodescendentes, mas se estende para toda a sociedade, considerando que a memória pública é um instrumento político que constrói e reforça identidades coletivas, onde os indivíduos criam narrativas ou discursos sobre quem são e quais as suas origens (ARAUJO, 2020, p. 4-5), o que requer projetos e progra-

mas educativos que quebrem o silêncio “em torno das formas históricas que possibilitaram que a tragédia do tráfico negreiro se produzisse com as dimensões que a caracterizaram” (MATTO, ABREU e GURAN, 2014, p. 258). Assim, é importante que se formem currículos escolares e projetos pedagógicos que impeçam a manipulação da história ou seu apagamento (MENDONÇA, 2016) e, simultaneamente, sejam ferramentas de ensino e aprendizagem que revelem as experiências históricas de africanos e afrodescendentes na escravidão e no pós-abolição (DELGADO e MAMIGONIAN, 2014).

À GUIA DE CONCLUSÃO: “NO BRASIL, PESSOAS NEGRAS MORREM AO MENOS DUAS VEZES”

No momento em que este texto estava sendo escrito, a Fundação Palmares, órgão do Governo Federal, em cujo estatuto explicita que tem como missão os “reforços à cidadania, à identidade, à ação e à memória dos segmentos étnicos dos grupos formadores da sociedade brasileira”, excluía do seu *site* artigos sobre diversas personalidades negras, entre elas Zumbi dos Palmares, Luís Gama, André Rebouças, Carolina de Jesus e muitos outros. Na semana do 13 de maio, data da Abolição da escravidão no Brasil, a mesma fundação decidiu incluir artigos que propunham uma narrativa alternativa à história de Zumbi, tratado-o como um mito da esquerda, e outro de exaltação à Princesa Isabel pela assinatura da Lei Áurea. Os historiadores nunca tiveram problemas em revisar temas e abordagens, faz parte do ofício. Mas isso se dá por métodos adequados e não por distorções e malabarismos. A façanha do órgão governamental deve ser lida no conjunto de estratégias para impor outras narrativas sobre os passados sensíveis, que sejam mais cômodas e adequadas aos projetos de poder, ainda que contradigam todos os estudos sérios da História.

Os ataques à memória da população negra, como vimos no discurso e na prática de agentes públicos e de pessoas anônimas neste artigo, como bem afirmou o sociólogo Mário Augusto Medeiros da Silva, constitui-se em “outra tentativa de genocídio, o de sua lembrança individual e coletiva” (SILVA, 2019). Esse tipo de agressão também se verifica quando o Estado e a sociedade, de forma proposital ou não, colaboram para que as marcas da escravidão sejam menosprezadas ou sequer venham a público.

Por fim, vale ressaltar que, para a constituição de uma aprendizagem

histórica, não se deve subestimar a influência dos vários mediadores de informações históricas. Não se passa um único dia no Brasil sem que viralize nas redes sociais alguma discussão que tem como foco ou pano de fundo questões históricas. Além disso, multiplicam-se os canais dedicados ao tema no *YouTube* ou em serviços de *streaming* de música com podcasts especializados, alguns contando com centenas de milhares de visualizações, sem falar nos meios mais “tradicionais”: filmes, séries de TV, *games*, livros e revistas. Nem todos, entretanto, seguem o rigor metodológico ou, ao menos, o respeito à pesquisa histórica em sua elaboração, até porque muitos justificam que o objetivo principal seria o entretenimento, não havendo compromisso com a verdade. Contudo, esse repertório de informações estimula ou reforça uma consciência histórica enviesada que, no caso da escravidão, sustenta atitudes preconceituosas e racistas. Considerar esse impacto na forma como o estudante interpreta o mundo e a si mesmo é um desafio para a escola e, em particular, para o ensino de História.

Para isso, é urgente estudar a natureza e a formação das informações históricas falsas ou anacrônicas, como elas circulam na sociedade, em especial entre os estudantes, sem subestimar a força delas na forma como as pessoas interpretam a História. O segundo ponto é a escola assumir uma postura de defesa e valorização da ciência histórica, seguida de uma atuação sobre os temas sensíveis que evite a “destraumatização” da História ao mesmo tempo em que trate com sensibilidade todas as pessoas cujas identidades estão conectadas, de alguma forma, aos processos históricos traumáticos.

REFERÊNCIAS

- ALENCASTRO, Luiz Felipe de. *Parecer sobre a Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental*, ADPF/186, apresentada ao Supremo Tribunal Federal em 4 de março de 2010. Fundação Perseu Abramo, 2010. Disponível em: <https://fpabramo.org.br/2010/03/24/cotas-parecer-de-luis-felipe-de-alencastro/>. Acesso em: 24 ago. 2020.
- ARAUJO, Ana Lúcia. *Reparations for Slavery and the Slave Trade*. A Transnacional and Comparative History. New York: Bloomsbury Academic, 2017.
- ARAUJO, Ana Lúcia. *Slavery in the Age of Memory: Engaging the Past*. New York: Bloomsbury Academic, 2020.

- BOLSONARO critica cotas e nega dívida com negros: “não escravizei ninguém”. *UOL*, 31/07/2018. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/politica/eleicoes/2018/noticias/2018/07/31/bolsonaro-diz-que-pretende-reduzir-cortas-nunca-escravizei-ninguem.htm#comentarios>. Acesso em: 12 mai. 2020.
- CALDEIRA, Arlindo Manoel. *Escravos e traficantes no império português: o comércio negreiro português no Atlântico durante os séculos XV a XIX*. Lisboa: Editora A esfera do livro, 2013.
- CERDÁ, Celeste. El pasado reciente em la escuela. Notas sobre los desafíos de enseñar historia em tempos de des/memorias. In: VALDEMARCA, Laura (Coor.). *Innovación educativa en la clase de historia, y otras ciencias sociales*. Tomo 1: De resistencias y violencias: entre la despersonización y el Cordobazo. Córdoba: Universidad Nacional de Córdoba, 2016.
- CERRI, Luís Fernando. Didática da História: uma leitura teórica sobre a História na prática. *Revista de História Regional*, 15(2): 264-278, Inverno, 2010.
- CERRI, Luís Fernando. *Ensino de história e consciência histórica*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2011.
- CHESNEAUX, Jean. *Devemos fazer tábula rasa do passado? Sobre a história e os historiadores*. São Paulo: Editora Ática, 1995.
- CONHEÇA a Educafro. EDUCAFRO. Disponível em: <https://www.educafro.org.br/site/conheca-educafro/>. Acesso em: 15 jun. 2020.
- DAMATTA, Roberto. *Relativizando: uma introdução à antropologia social*. Rio de Janeiro: Rocco, 1987.
- DELGADO, Andréa Ferreira; MAMIGONIAN, Beatriz Gallotti. Santa Afro Catarina: acervo digital e educação patrimonial. *Revista Esboços*, Florianópolis, v. 21, n. 31, p. 86-108, ago. 2014.
- ELTIS, David; BEHRENDT Stephen D.; RICHARDSON, David. A participação dos países da Europa e das américas no tráfico transatlântico de escravos: novas evidências. *Afro-Ásia*, 24, 2000.
- ELTIS, David; BEHRENDT, Stephen; RICHARDSON, David; FLORENTINO, Manolo. *Slave Voyages: The Transatlantic Slave Trade Database (Voyages)*. Disponível em: <http://www.slavevoyages.org>. Acesso em: 21 jun. 2020.
- EYERMAN, Ron. Cultural Trauma. *Slavery and the formation of African American identity*. Cambridge University Press, 2003.
- EYERMAN, Ron. *Memory, Trauma and Identity*. Cham, Switzerland: Palgrave Macmillan, 2019.
- FERRARO, Juliana Ricarte. *Entre textos e imagens: o compêndio de história do Brasil*

- de Borges Hermida (1962-1975). 2013. Tese (Doutorado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.
- GARCIA, Janaina. Bolsonaro repete narrativa de portugueses, diz estudioso do movimento negro. *UOL*, 31/07/2018. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/politica/eleicoes/2018/noticias/2018/08/01/especialistas-rebatem-argumentos-de-bolsonaro-sobre-racismo-e-violencia.htm>. Acesso em: 12 maio 2020.
- GOFF, Jacques Le. *História e Memória*. Campinas: Editora da UNICAMP, 2003.
- HERMIDA, Antônio José Borges. *Compêndio de história do Brasil*, para a primeira e segundas séries do curso médio. 53ª ed, São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1968.
- HOBBSAWN, Eric. *Sobre história*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
- INEP. *Censo da Educação Superior 2018*. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/pesquisas-estatisticas-e-indicadores/censo-da-educacao-superior>. Acesso em: 30 jun 2020.
- LIMA, Mônica. História, patrimônio e memória sensível: o Cais do Valongo no Rio de Janeiro. *Outros Tempos*, vol. 15, n. 26, 2018.
- MATTOS, Hebe; ABREU, Martha; GURAN, Milton. Por uma história pública dos africanos escravizados no Brasil. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 27, n. 54, p. 255-273, jul.-dez. 2014.
- MENDONÇA, Joseli Maria Nunes. Escravidão, africanos e afrodescendentes na “cidade mais europeia do Brasil”: identidade, memória e história pública. *Tempos Históricos*, v. 20, 1º semestre de 2016.
- NEAL, Arthur. *National Trauma and Collective Memory*. Armonk, New York: M.E. Sharpe, 1998.
- RÜSEN, Jörn. Como dar sentido ao passado: questões relevantes de meta-história. *História da Historiografia: International Journal of Theory and History of Historiography*, v. 2, n. 2, p. 163-209, 2009.
- SILVA, Mário Augusto Medeiros da. “Quando nos matam duas vezes, a luta negra ressurgue outras mil”. *BVPS*, 2019. Disponível em: <https://blogbvps.wordpress.com/2019/08/22/quando-nos-matam-duas-vezes-a-luta-negra-ressurgue-outras-mil-por-mario-augusto-medeiros-da-silva-unicamp/>. Acesso em: 28 ago. 2020.
- SMELSER, Neil J. Psychological Trauma and Cultural Trauma. In: ALEXANDER, Jeffrey; EYERMAN, Ron; GIESEN, Bernhard; SMELSER, Neil; SZTOMPKA, Piotr. *Cultural Trauma Theory and Applications*. Berkeley: University of California Press, 2001.
- VALLADARES, Clarival do Prado. “A defasagem africana ou crônica do 1º Festival de Artes Negras”. *Cadernos Brasileiros*, v. 8, n. 36, jul./ago. 1966.

VENTURA, Roberto. *Estilo tropical: história cultural e polêmicas literárias no Brasil, 1870-1914*. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

VIDAL-NAQUET, Pierre. *Os assassinos da memória: um Eichmann de papel e outros ensaios sobre o revisionismo*. Campinas, SP: Papirus, 1988.

NOTAS

¹ A alteração nas cotas raciais depende de mudança na legislação do programa: Lei nº 12.711 de 29 de agosto de 2012 e Lei 13.409 de 28 de dezembro de 2016.

² Quando da finalização deste artigo (22 de outubro de 2020) as reportagens e os comentários ainda estavam acessíveis nos links indicados neste artigo.

³ Comunidade aqui se refere a todas as pessoas, independentemente de onde vivam, que fundamentam suas identidades pessoais a partir da memória coletiva da escravidão.

⁴ Esta, como todas as citações sem indicação de fonte presentes neste artigo, são comentários encontrados nas seguintes referências: BOLSONARO critica cotas e nega dívida com negros: “não escravizei ninguém”. *UOL*, 31/07/2018. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/politica/eleicoes/2018/noticias/2018/07/31/bolsonaro-diz-que-pretende-reduzir-cortas-nunca-escravizei-ninguem.htm#comentarios>. Acesso em: 12 mai. 2020; GARCIA, Janaina. Bolsonaro repete narrativa de portugueses, diz estudioso do movimento negro. *UOL*, 31/07/2018. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/politica/eleicoes/2018/noticias/2018/08/01/especialistas-rebatem-argumentos-de-bolsonaro-sobre-racismo-e-violencia.htm>. Acesso em: 12 maio 2020.

Artigo submetido em 1 de novembro de 2020. Aprovado em 28 de janeiro de 2021.